

Celso de Rui Beisiegel. *Estado e educação popular: um estudo sobre a educação de adultos*. 1ª ed. São Paulo: Pioneira, 1974, 189 p.; 2ª ed. Brasília: Líber Livro, 2004, 207 p.

Originalmente tese de doutoramento em Sociologia, na Universidade de São Paulo, é um dos livros clássicos sobre a “educação popular” no Brasil, entendida como a extensão do ensino comum a todos, ou seja: à população em idade escolar e àqueles que não tinham freqüentado a escola na faixa etária considerada adequada para a escolarização.

Para tanto, a parte introdutória do livro, nas palavras do autor, “cuida, basicamente dessa crença no imperativo social da educação de todos os brasileiros” (p. xii). Para tanto, no capítulo 1, analisa o processo de extensão dos serviços educacionais no estado de São Paulo fornecendo as bases para a análise, no capítulo 2, das “conexões entre a mudança social e a mudança educacional nas diversas práticas da educação comum para todos os cidadãos” (*idem*). Esses dois capítulos podem ser considerados “antológicos”: dignos de figurar em antologias que consagram autores e métodos. A partir da análise de “A tendência à ‘democratização’ das oportunidades do ensino em São Paulo”, consistente base empírica do estudo, oferece uma das melhores abordagens teóricas sobre as relações entre “mudança social e mudança educacional”, ou seja, entre desenvolvimento social e a evolução de um sistema de ensino escolar (cf. Osmar Fávero, na apresentação da segunda edição do livro, p. 10-11).

Os capítulos seguintes documentam e analisam detalhadamente a experiência brasileira de educação de adultos, que o autor designa “uma variante recente da educação comum a todos os cidadãos”. Para tanto, no capítulo terceiro situa os antecedentes, a consideração da educação de adultos como um problema nacional, ao lado da consciência do desenvolvimento nacional via industrialização, e a influência da Unesco com a proposta de “educação de base”, imediatamente após o final da 2ª Guerra Mundial. No capítulo quatro estuda a Campanha de Educação de Adultos desenvolvida a partir de 1947, após a regulamentação do Fundo Nacional do Ensino Primário, que viabilizou a intervenção do governo federal na implantação do ensino primário nos estados, distrito federal, territórios e municípios, inclusive sob a forma de “ensino supletivo” para adolescentes e adultos.

O capítulo cinco contempla a atuação dessa Campanha no Estado de São Paulo, no período 1947-1957, quando foi extinta, explorando suas relações com a administração do sistema estadual, que já começava a sentir intensas pressões populares para a expansão do ensino primário, sobretudo na capital, e do ensino ginásial, não só na capital como em várias cidades do interior.¹ No capítulo seis apresenta brevemente o reforço da Campanha de Educação de Adultos pela Campanha Nacional de Educação Rural, criada em 1952, e a educação de adultos em São Paulo, após essas Campanhas, já no bojo das “reformas de base” propostas pelo governo João Goulart, e as primeiras experiências realizadas no estado com o “Método Paulo Freire de Alfabetização de Adultos”, liderada pela União Estadual de Estudantes, na Vila Helena Maria, situada no Município de Osasco. Celso Beisiegel considera esse primeiro estudo como preparatório para um segundo, de mais fôlego, desenvolvido em *Política e educação popular; a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil* (São Paulo: Ática, 1982).

¹ O caso de São Paulo é o melhor estudado; sobre os mesmos temas, no mesmo período ver: Marília Pontes Sposito, *O povo vai à escola; a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo* (São Paulo: Loyola, 1984) e Celso de Rui Beisiegel, “Ação Política e expansão da rede escolar: os interesses do deputado estadual e a democratização do ensino secundário no Estado de São Paulo” (*in: A qualidade do ensino na escola pública*. Brasília: Líber Livro, 2006, p. 15-95).